

PORTFÓLIO DE PROJETOS 2021



1. APRESENTAÇÃO: QUEM SÃO AS PESSOAS QUE PROCURAM ACESSO À JUSTIÇA PELA DEFENSORIA

A Defensoria Pública foi instituída pela Constituição Federal Brasileira de 1988, encarregada constitucionalmente de promover a orientação e assistência jurídica gratuita, nas diversas áreas do Direito, para as pessoas que não possuem condições financeiras para pagar os honorários advocatícios e custas judiciais, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família.

A Defensoria Pública do Estado do Tocantins possui a missão de: ***“Assegurar o acesso à justiça, integral e gratuito aos necessitados, promovendo cidadania, com atendimento humanizado e de qualidade”***.

Orientado pela missão institucional, o trabalho da Defensoria Pública do Estado do Tocantins vai além do atendimento às pessoas que não tem condições de constituir um advogado. Nesse sentido, a DPE-TO, através dos Núcleos Especializados:

- Realiza acordos extrajudiciais;
- Atua na defesa dos direitos difusos e coletivos;
- Participa da formação de políticas públicas, tendo assentos em Comitês Municipais e Estaduais;
- Promove educação em direitos;
- **Trabalha com diversos grupos em situação de vulnerabilidade, como:** mulheres vítimas de violência, população em situação de rua, presos, pessoas vítimas de LGBTfobia, de tortura, de discriminação racial, de discriminação religiosa, crianças e adolescentes, idosos, comunidades indígenas e quilombolas, entre tantas outras minorias.

Em relação à imagem da Justiça Brasileira, pesquisa divulgada pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), aponta a Defensoria Pública como a instituição mais bem avaliada do Sistema de Justiça. Os dados constam em Estudo sobre a Imagem do Poder Judiciário Brasileiro, lançado oficialmente no dia 2 de dezembro de 2019, no Rio de Janeiro (RJ)¹.

A credibilidade da Defensoria Pública é resultado do trabalho de membros e servidores da instituição, que buscam ofertar os serviços com excelência. No Tocantins, de janeiro a dezembro de 2020, mesmo com a pandemia do Coronavírus, foram registradas mais de **450 mil atividades** realizadas pela Defensoria Pública em todo o Estado do Tocantins. Também foram registrados aproximadamente **150 mil atendimentos** prestados à população carente. É notável que diante da grave crise social e econômica que o país atravessa cresce a vulnerabilidade da população e conseqüentemente aumenta a procura pelos serviços ofertados pela Defensoria Pública.

No atual cenário econômico, a Defensoria Pública do Estado do Tocantins tem enfrentado enormes dificuldades para ampliar o acesso à justiça. Se por um lado cresce a demanda da sociedade pelos serviços prestados pela Defensoria, por outro a escassez de recursos tem impossibilitado a instituição de fazer qualquer tipo de investimento.

Frente a esta situação, a DPE-TO tem procurado firmar parcerias para a expansão e aprimoramento dos serviços prestados à população. Nesse sentido, uma das alternativas adotada pela DPE-TO para superar a escassez de recursos é a captação de recursos através de Emendas Parlamentares.

¹ - https://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2020/04/ESTUDO_DA_IMAGEM_.pdf



Fotos: Arquivo DPE

2. PERFIL DO ASSISTIDO

Na Defensoria Pública do Estado do Tocantins é a Resolução nº 170/2018, do Conselho Superior da Defensoria Pública (CSDP), que define os parâmetros para atendimento na Instituição.

PERFIL DAS PESSOAS ASSISTIDAS:*

83,3% das pessoas atendidas possuem renda individual de zero a um salário mínimo, ou seja, vivem, mensalmente, com no máximo, R\$1.045,00.

Já a renda familiar de **52,3%** é de zero a meio salário.

17,3% têm dois filhos e **20,5%** têm de três a cinco filhos.

A maioria são mulheres (**54,1%**), e pessoas pardas (**70,2%**).

Quanto à escolaridade, **23,5%** completaram o ensino médio e **24,6%** possuem o ensino fundamental incompleto.

Também é possível identificar que **34,2%** das pessoas atendidas não têm imóvel próprio, residindo em imóveis alugados, cedidos, ou advindos de programas habitacionais.

Dados fornecidos pela Corregedoria Geral para o ano de 2020.

Esses dados, que expõem uma análise socioeconômica das pessoas atendidas pela DPE-TO, indicam o perfil dos assistidos e demonstram que a Instituição serve às pessoas que mais precisam.

3. PROJETOS: INSTRUMENTOS DE TRANSFORMAÇÃO

Cada vez mais as instituições necessitam definir critérios eficientes e adequados para o desenvolvimento de suas atividades. Os recursos são escassos, o tempo é limitado e as demandas são infinitas. Diante dessa realidade, a Defensoria Pública do Estado do Tocantins tem investido na cultura de gestão de projetos como alternativa para alcançar os resultados pretendidos, buscando inovar, sempre de ma-

neira responsável e controlada.

Neste sentido, para que o processo de implantação e execução de um projeto seja bem-sucedido, suas etapas são desenvolvidas de modo a valorizar as ideias, que devem ser geradas com foco nos objetivos estratégicos e alinhadas com a missão da instituição.

EQUIPES ESPECIALIZADAS

Para melhor entendimento, podemos conceituar projeto como a concretização de ideias, que se transformarão em um produto ou serviço exclusivo, planejadas por meio e um conjunto de atividades temporárias e realizadas por uma equipe de profissionais. Neste contexto é correto afirmar que a DPE-TO possui um corpo técnico especializado de servidores e defensores públicos capazes de executar projetos em diversas áreas de atuação, por meio de Núcleos Especializados e Diretorias Regionais.

O Escritório de Gestão de Projetos e Captação de Recursos (EGP), foi criado em 2013, tem como parte de sua atribuição pro-

mover a cultura de projetos e atuar como facilitador na elaboração e no acompanhamento dos projetos desenvolvidos no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, sejam eles Projetos Internos (desenvolvidos com recursos próprios) ou Projetos de Captação de Recursos (viabilizados por meio de parcerias, editais de chamamento público, emendas parlamentares, etc).

Neste portfólio, constam alguns dos projetos desenvolvidos pela DPE-TO que tiveram o acompanhamento do EGP para a sua realização, durante o período de 2017 a 2020.





Juntos contra a fome

Com a chegada da pandemia causada pelo Coronavírus, a vida de todos sofreu impactos antes impensados, sejam estes de rotinas, psicológicos ou econômicos. Cientes das dificuldades para as famílias hipossuficientes em obterem renda e, conseqüentemente, alimentos neste período, membros, servidores (as), estagiários (as) e voluntários (as) da Defensoria Pública do Estado do Tocantins se mobilizaram e criaram a campanha “Juntos Contra a Fome”, que entre os meses de maio e dezembro, arrecadou cestas básicas e outros alimentos que foram doados para 627 famílias carentes e 5 entidades filantrópicas em diversas regiões tocaninenses.

627 famílias carentes e
5 entidades filantrópicas
atendidas

*Juntos contra
a fome*





Em virtude da pandemia causada pelo novo Coronavírus em 2020, a DPE-TO, como todas as demais instituições que prestam serviços públicos, teve de se adaptar à nova realidade mundial: a necessidade de distanciamento social.

No entanto, para que a Defensoria Pública assegure o direito de acesso à assistência jurídica gratuita, contribuindo para a emancipação social, inclusive por meio de atuação extrajudicial, tanto na promoção da mediação de conflitos, como na orientação jurídica e na educação em direitos, é necessário, em regra, que a população em geral tenha acesso aos serviços específicos oferecidos pela Instituição.

Assim, surgiu o **Projeto Alô Defensoria?**, que visa oferecer atendimento de agendamento ao assistido via espécie de central telefônica, evitando o deslocamento do público externo às Unidades da Defensoria Pública para realização de triagem, chegando assim, inclusive, a locais carentes de acesso a tais serviços, como bairros mais afastados, pequenos municípios e até mesmo áreas rurais. O projeto teve início na Regional Palmas e somente em 2 meses de funcionamento atendeu 10.205 pessoas.

10.205

pessoas atendidas

em novembro e dezembro de 2020



Defensores na Comunidade

Programa Defensores na Comunidade é realizado com a finalidade de levar assistência e orientação jurídica à população carente do Estado do Tocantins que reside em locais de maior vulnerabilidade social, promovendo cidadania e lazer. O Programa busca alcançar os seguintes objetivos:

- Levar os serviços da Defensoria Pública até as comunidades carentes e de maior vulnerabilidade social do Estado do Tocantins;
- Promover a cidadania e oportunizar o lazer, através dos serviços ofertados em conjunto com parceiros dos setores públicos e privados;
- Buscar parceiros permanentes de entidades públicas e privadas, cujos objetivos e estratégias de responsabilidade sociais se alinhem com as concepções institucionais;
- Promover a divulgação dos parâmetros para atendimento na Defensoria Pública, contidos na Resolução CSDP 170/2018, Publicada no DOE nº 5.064, de 05 de março de 2018.

Alguns tipos de serviços ofertados:

- Atendimento jurídico em diversas áreas;
- Emissão de documentos como CPF, RG, carteira de trabalho, título eleitoral, regularização e outros serviços da Justiça Eleitoral;
- Cadastro habitacional, regularização fundiária e IPTU;
- Orientações preventivas médicas e odontológicas;
- Testes rápidos de sífilis, HIV e Hepatites B e C;
- Testes para leishmaniose em cães;
- Massagem e Corte de Cabelo;
- Atividades lúdicas e brincadeiras para as crianças;
- Em 2019 foram realizadas cinco edições do programa, totalizando 4.867 atendimentos, nos bairros mais carentes de Palmas-TO, sendo eles: Setor Jardim Taquari (11/05), Setor Santa Barbara (10/08), Setor Morada do Sol (31/08), 508 Norte (19/10) e Jardim Aurenny III (30/11).

4.867
atendimentos
em 2019







DEFENSORIA ITINERANTE

Com o objetivo de garantir atendimento jurídico gratuito aos cidadãos de comunidades carentes ou que residem em locais de difícil acesso, o projeto “Defensoria Itinerante” transcende os limites de atuação das sedes institucionais da DPE-TO, espalhadas por nove regionais, pois atua em todas as regiões do Estado, incluindo onde não há unidades da Instituição.

Neste contexto, o projeto já completa nove anos de história, levando atendimento à população dos municípios tocantinenses.

De 2017 a 2019, foram realizados 4.548 atendimentos estendendo a atuação defensorial a lugares mais isolados e de grande carência do amparo jurisdicional.

4.548
atendimentos
de 2017 a 2019

DEFENSORIA ITINERANTE





Defensoria Pública nas Escolas

Iniciado em meados de 2018 o projeto visa promover educação em direitos junto à comunidade escolar, fortalecendo o exercício de cidadania, por meio de ações informativas e educativas. Os conteúdos aplicados objetivam instruir alunos, pais e professores, e promover o debate por meio dos eixos norteadores (cidadania e ética, direito, saúde, violência e paz), levando em consideração as peculiaridades de cada localidade.

No período de 2018 a 2020 foram registradas 117 ações, em 9 municípios com 13.609 pessoas alcançadas.

13.609
pessoas
já atendidas





Defensoria+60

O projeto Defensoria +60 visa promover esclarecimentos e conscientização acerca dos direitos dos idosos (mais de 60 anos) e como salvaguardá-los.

O projeto consiste na realização de palestras e rodas de conversas, onde são tiradas dúvidas e disseminadas informações e esclarecimentos, contribuindo com a formação de protagonistas na defesa e efetivação dos direitos e garantias fundamentais dos idosos, junto à família ou comunidade em que estão inseridos, com vistas à construção e consolidação da cidadania ativa.

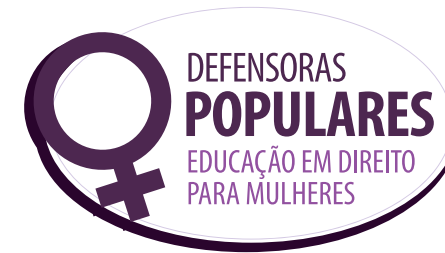
De 2018 a 2019 foram impactadas 2.573 pessoas pelo projeto.

2,573

pessoas

em 2018 a 2019





O projeto oferece capacitação para as líderes comunitárias e demais mulheres interessadas nas temáticas de direitos da mulher e serviços e equipamentos públicos destinados ao atendimento das mulheres.

Assim, a proposta detalhada é:

- Disseminar a Educação em Direitos às mulheres da comunidade, para que possam reconhecer seus direitos e reivindicá-los;
- Capacitar e formar líderes populares com condições de fomentar o empoderamento das mulheres nas comunidades em que estão inseridas;
- Tornar o curso uma ferramenta permanente de luta contra a violência;

Em 2019 o projeto foi realizado em Porto Nacional/TO e capacitou 125 líderes comunitárias.

125

Líderes comunitárias

capacitadas em 2019





EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA

Desatando nós

O projeto foi realizado com a proposta de levar à sociedade, por meio da mostra fotográfica, o debate e a discussão sobre a violência contra a mulher e a responsabilidade conjunta de todos neste enfrentamento.

A Mostra Fotográfica foi lançada em maio, no Capim Dourado Shopping (13 a 18/05/2019), durante as comemorações da Semana do Defensor, depois circulou no Hall da Assembleia Legislativa (22/05 a 03/06/2019), no Campus de Miracema da Universidade Federal do Tocantins, no Movimento pela Vida em Taquaruçu (20 a 22/06/2019), no IGEPREV (27/09 a 08/10/2019) e na Feira Literária da UFT em Araguaína (21/11 a 02/12/2019).

6

Mostras fotográficas

*público de mais de
5.000 pessoas impactadas*





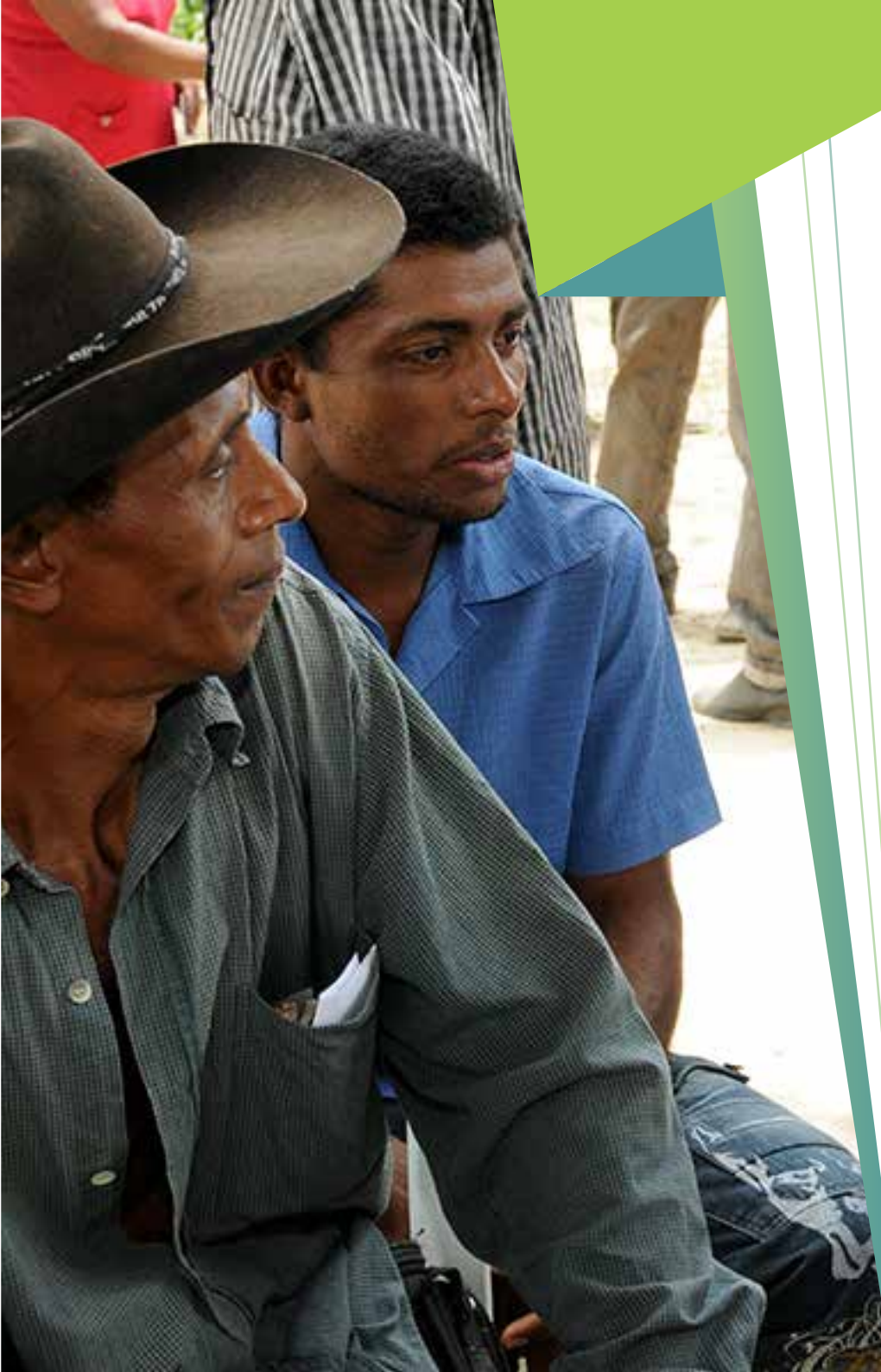
13 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, COM ISSO NÃO SE BRINCA!

O projeto é realizado com vistas a promover palestras e debates contra a violência de gênero, em escolas da rede particular de Palmas-TO, além de sensibilizar crianças e adolescentes para doar brinquedos para as Casas Abrigo.

Até o presente momento foram realizadas 12 palestras para 1.101 estudantes.

1.101
estudantes
em 2019





Defensoria Quilombola

As ações do projeto **Defensoria Quilombola** teve como escopo a tutela dos direitos das 44 Comunidades tradicionais de origem Quilombola no âmbito do Estado do Tocantins. O objetivo maior do projeto era visitar todas as comunidades, conhecer as demandas e posteriormente, adotar instrumentos extrajudiciais e judiciais imprescindíveis à dignidade da pessoa humana.

O projeto teve suas primeiras ações em novembro de 2012, na comunidade quilombola de Kalunga do Mimoso, que foi atendida por uma equipe de profissionais (analistas jurídicos, defensores, assistente social, pedagogo). Os resultados destes primeiros atendimentos foram apresentados em um evento, realizado no dia 20 de novembro de 2014. Em 2015 os Núcleos Especializados de Defesa da Saúde (NUSA) e de Defesa dos Direitos Humanos (NDDH) passaram a integrar o projeto, que foi desenvolvido até 2016.

Como resultado do projeto identifica-se a propositura de demandas judiciais e administrativas referentes a procedimentos de certificação, titulação e regularização das comunidades remanescentes de quilombo, conflitos agrários, a ausência de políticas públicas específicas, como saúde, educação, infraestrutura, acesso, saneamento básico, energia elétrica, como por exemplo, as ações civis públicas como da Retomada do Programa Luz para Todos e referente aos territórios de Paranã e Ilha de São Vicente.

Em quatro anos o projeto atendeu **42 Comunidades Quilombolas** do Estado do Tocantins, com abertura de **25 Procedimentos Preparatórios de Ação Coletiva sobre a temática quilombola**, sendo que alguns abarcam mais de uma Comunidade ou toda uma região, como é o caso do Procedimento das Comunidades do Jalapão.

42
comunidades
atendidas







O propósito do projeto é garantir assistência jurídica integral, gratuita e de qualidade à população indígena que resida em locais distantes das Sedes da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, tendo em vista que esses grupos se encontram em situação de peculiar vulnerabilidade, uma vez que, mesmo nas situações em que têm consciência da violação de seus direitos, carecem de recursos econômicos para se deslocarem até os centros urbanos para atendimento com defensor (a) público (a).

A população indígena tocaninense representa 1,6% do total da população autodeclarada indígena do país, contando com 13.131 pessoas, subdivididas em oito etnias indígenas existentes, quais sejam: Karajá, Xambioá, Javaé, Xerente, Krahô, Krahô Kanela, Apinajé e Avá Canoeiros, o que representa 0,9% do total da população do estado do Tocantins, que atualmente ocupa a 7ª posição no ranking de indígenas por estado, conforme dados do CENSO 2010.

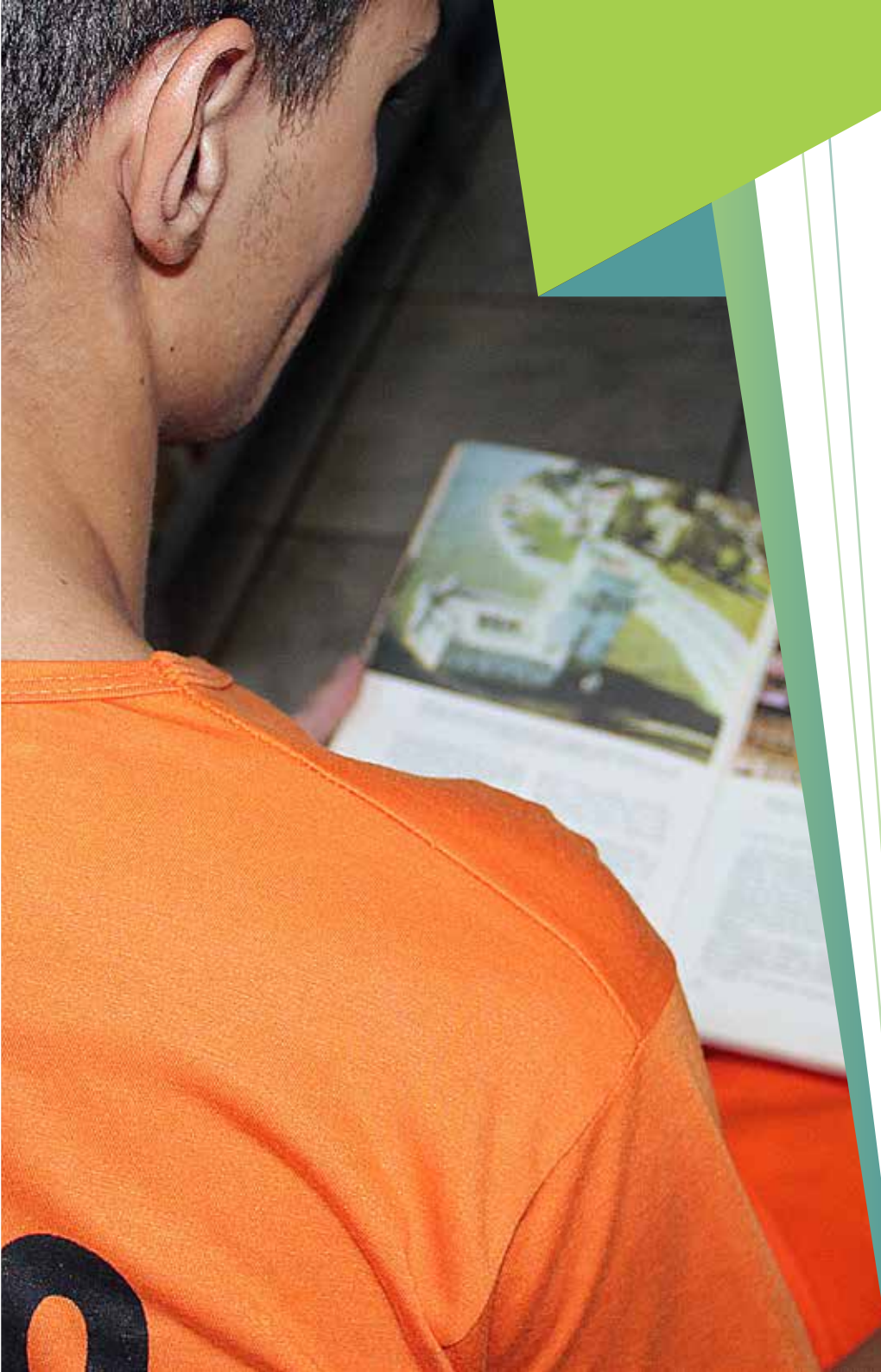
Até o momento foram realizadas duas atividades, sendo uma na aldeia Salto e outra na Aldeia Pedra Branca, alcançando um público de 90 pessoas.





DEFENSORIA
na
ALDEIA





REMIÇÃO PELA LEITURA

O Projeto de **Remição pela Leitura** visa oportunizar aos reeducandos da Unidade Prisional de Cariri do Tocantins-TO, a realização de leituras que visem de forma compensativa e construtiva, alcançar a diminuição de pena e concomitantemente adquirir conhecimentos diversos, a fim de viabilizar mecanismos de inclusão social e, em decorrência disso, um elemento de agregação pacífica na unidade prisional.

Até o presente momento o projeto impactou 379 reeducandos.

379
pessoas
da unidade



Leitura: Espaço de Liberdade é um projeto de incentivo à leitura que foi desenvolvido pela DPE-TO para atender aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, internados no Centro de Internação Provisória (CEIP Norte), em Santa Fé do Araguaia.

A proposta do projeto foi promover a oportunidade do contato dos adolescentes internados no CEIP Norte com obras literárias diversas, que puderam ser lidas e interpretadas, com apoio das equipes multidisciplinares da unidade socioeducativa.

Para tanto, foi necessário realizar a reforma e equipagem da biblioteca da Escola Estadual Castro Alves, a qual atende além dos 500 alunos regulares do município de Santa Fé do Araguaia, também os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no CEIP Norte. Assim, com apoio de parcerias foi possível climatizar, mobiliar e informatizar a biblioteca da escola. Além disso, foram entregues aproximadamente 814 (oitocentos e quatorze) obras literárias, materiais oriundos da campanha de arrecadação do projeto.

**Adolescentes internos
do CEIP Norte e**

500 alunos regulares
da escola atendidos

PORTFÓLIO DE PROJETOS 2021



DefensoriaTO

www.defensoria.to.def.br